



# Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO



**Autógrafo nº 57/01**

**Projeto de Lei nº 85/01**

Dispõe sobre legalização de obras irregulares e dá outras providências.

Lei nº .....de.....de.....de 2001.

**JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - O Proprietário de construção residencial, comercial ou industrial e as respectivas ampliações não licenciadas que, no prazo de 06 (seis) meses a contar da data da publicação desta Lei, requerer sua legalização perante o Poder Público Municipal, pagará de forma simples os tributos relativos à edificação.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a regularização dos fracionamentos de terrenos situados na zona urbana do Município, desde que os interessados protocolarem requerimento próprio no prazo estipulado no artigo anterior.

**§ 1º** - Entende-se por fracionamento, para os efeitos desta Lei, a divisão de um terreno resultante da implantação de loteamento ou desmembramento aprovados pela Prefeitura, em até 03 (três) lotes, desde que atenda ao Código de Zoneamento do Município.

**§ 2º** - Caso existam construções irregulares nos terrenos a que se refere o caput deste artigo, as mesmas poderão ser legalizadas na forma do artigo 1º desta Lei.

**Art. 3º** - O processo de legalização deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - requerimento próprio, dirigido ao Secretário de Obras e Urbanismo;
- II - cópia repográfica do documento de propriedade ou posse do imóvel;
- III - croqui do imóvel (planta baixa e um corte) em 04 vias;
- IV - memorial descritivo em 04 vias;
- V - anotação de responsabilidade técnica (ART) de profissional legalmente habilitado.



# Câmara Municipal de Votorantim

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO



**Art. 4º** - As construções que não atendam ao disposto na legislação urbanística vigente, receberão uma Carta de Autorização a título precário, sendo que os croquis receberão um carimbo de Aprovação a Título Precário.

**Parágrafo único** - A Carta de Autorização se transformará em "Alvará de Licença" e ou "Certificado de Conclusão de Obra", conforme o caso, a partir do momento em que a construção se adequar à legislação urbanística do Município e após requerimento do proprietário.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.

**Art. 6º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Votorantim, 20 de dezembro de 2.001.**

**Jerson Pedroso**  
**PRESIDENTE**

**Heber de Almeida Martins**  
**1º SECRETÁRIO**

**Joniã Teles Procópio**  
**2º SECRETÁRIO**